

**FAAT FACULDADES  
PSICOLOGIA**

**DEBORAH RUIVO**

**CRIANÇAS COM AUTISMO E A ESCOLA: INCLUSÃO OU  
EXCLUSÃO?**

**ATIBAIA - 2017**

**FAAT FACULDADES  
PSICOLOGIA**

**DEBORAH RUIVO**

**CRIANÇAS COM AUTISMO E A ESCOLA: INCLUSÃO OU  
EXCLUSÃO?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para obtenção do grau de Bacharel em Psicologia pela FAAT FACULDADES, sob orientação do Prof. Dr. Geraldo Antônio Fiamenghi Júnior.

**ATIBAIA - 2017**

Ruivo, Deborah  
R883c Crianças com autismo e a escola: inclusão ou exclusão? / Deborah  
Ruivo, - 2017.  
26 f.; 30 cm.

Orientação: Geraldo Antônio Fiamenghi Junior

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Faculdades Atibaia,  
como requisito para obtenção do título de Bacharel em Psicologia da  
Faculdades Atibaia, 2017.

1. Crianças 2. Autismo 3. Escola 4. Inclusão I. Ruivo, Deborah II.  
Fiamenghi Junior, Geraldo Antônio III. Título

CDD 150.195

**DEBORAH RUIVO**

**CRIANÇAS COM AUTISMO E A ESCOLA: INCLUSÃO OU  
EXCLUSÃO?**

**TERMO DE APROVAÇÃO**

Trabalho apresentado como exigência para a conclusão do Curso de Psicologia. Avaliado pelo professor orientador responsável, Geraldo A. Fiamenghi Júnior, que após análise considerou o trabalho \_\_\_\_\_, com conceito \_\_\_\_\_.

Atibaia, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

---

Prof. Dr. Geraldo A. Fiamenghi Júnior

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus pela vida, por estar sempre no meu caminho me guiando e orientando nas escolhas certas.

Aos meus pais que me apoiaram em todo o tempo, e ter tido paciência comigo em toda esta jornada, ensinando-me a persistir nos meus objetivos.

Aos meus amigos Ariane, Mayara, Ângela e Adalberto pelo apoio e ajuda em todo o decorrer deste ano.

Ao meu orientador Geraldo Antônio Fiamenghi Júnior por ser um exemplo de professor, agradeço em especial pelo dinamismo, paciência, confiança e por acreditar no meu potencial.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação.

Dedicatória:

Dedico este trabalho aos meus pais  
Claudécir Cássio Ruivo e Ana Isabel  
P.C. Ruivo e meu irmão Felipe  
Ruivo, alicerces de minha existência,  
pela compreensão, e valores a mim  
ensinados.

RUIVO, D. **Crianças Com Autismo e a Escola: Inclusão ou Exclusão?** Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). FAAT (Faculdades Atibaia), Curso de Psicologia, 2017. 26 p

## **RESUMO**

Este trabalho teve como objetivo discutir a inclusão escolar das crianças com autismo. Foram realizadas cinco observações de um menino de 1 ano, juntamente com a professora e auxiliar. Os resultados apontaram que as escolas não estão preparadas para acolher estas crianças e o professor muitas vezes falha na maneira como se relaciona com o aluno com autismo. É importante comentar que a família também tem dificuldades em lidar com a criança e seria útil mais atenção e informação aos pais, para que estes soubessem compreender as necessidades dos filhos e buscar seus direitos através da inclusão.

*Palavras-chave:* Crianças, Autismo, Escola, Inclusão

RUIVO, D. **Autistic Children and School: Inclusion, or Exclusion?** Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). FAAT (Faculdades Atibaia), Curso de Psicologia, 2017. 26 p

## **ABSTRACT**

This research aimed to discuss school inclusion of autistic children. Five observations of a 1-year-old autistic boy, as well as his teacher and support were conducted. Results pointed to inability of schools to receive those children and the teacher failing in relating to the autistic child. It is important to comment that the family also has difficulties to deal with the child and more attention and information for the parents is needed, for them to understand their children's needs and fight for their inclusive rights.

*Keywords:* Children, Autism, School, Inclusion.



## **SUMÁRIO**

RESUMO	6
ABSTRACT	7
INCLUSÃO ESCOLAR	9
AUTISMO	13
OBJETIVO	16
MÉTODO	17
RESULTADOS	18
DISCUSSÃO	21
CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
REFERÊNCIAS	25

# I. INTRODUÇÃO

## 1. Inclusão Escolar

As mudanças nas práticas de inclusão escolar começaram a partir dos anos 1980, e geraram resultados mais eficientes para uma verdadeira inclusão. Segundo Rodrigues (2011) em Portugal, com a implementação da Lei de Bases do Sistema Educativo, em 1986 (PORTUGAL, 1986), e a entrada em vigor do DL no 319/91 (PORTUGAL, 1991), foram realizadas mudanças organizacionais, nos recursos técnicos e humanos, ocorrendo uma massificação da formação de docentes, para responder à entrada das crianças e jovens com necessidades especiais nas escolas, embora ainda conotadas com uma perspectiva assistencial.

A partir dos anos 1990, ocorre o reconhecimento da Educação Inclusiva como política educacional prioritária na maioria dos países, entre eles o Brasil. O princípio básico da Educação Inclusiva é que todos os alunos, independentemente de suas condições socioeconômicas, raciais, culturais ou de desenvolvimento, sejam acolhidos nas escolas regulares, as quais devem se adaptar para atender às suas necessidades, pois estas se constituem como os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias (UNESCO, 1994).

A proposta inclusiva de crianças com necessidades especiais procura evitar os efeitos do isolamento social dessas crianças, criando oportunidades para a interação entre as crianças, como forma de diminuir o preconceito (BATISTA, ENUMO, 2004).

Os professores precisam de uma conscientização, de uma preparação, para as práticas inclusivas, pois têm um papel essencial, porque vão lidar diretamente com o aluno deficiente. É fundamental os professores se sentirem comprometidos nessa construção da escola inclusiva, criarem estratégias para realizar a mudança. Também é importante a participação da família e de todos os envolvidos nesse processo.

Portanto, é necessário criar uma prática inclusiva que seja coletiva, que envolva a todos. Os outros alunos também irão aprender com o aluno deficiente. E o aluno deficiente, com a prática inclusiva, irá criar uma identificação com o grupo, fazendo com que diminua o preconceito.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394, de 20.12.1996), no capítulo V, define educação especial como

modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para portadores de necessidades especiais” (art.58). A oferta de educação especial é “dever constitucional do Estado” (art. 58, § 3º). Além disso, a LDB prevê “currículos, métodos e técnicas, recursos educativos e organização específicos” para o atendimento adequado de Necessidades Educativas Especiais (art. 59, I) e

...professores de ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (art. 59, III) (KAFROUNI, PAN, 2001, p. 33,34)

Assim, o tema da LDB é a integração do aluno portador de Necessidades Educativas Especiais (N.E.E.) à classe comum, sendo fundamental a capacitação dos professores para gerar um saber interdisciplinar, para existir a integração. Exige deles conhecimentos em diversas áreas como psicologia, medicina, pedagogia, arquitetura, etc. Porém, surge a questão de se os profissionais da educação foram preparados suficientemente para promover a integração de pessoas com N.E.E. (KAFROUNI, PAN, 2001)

As marcas dos positivistas permanecem até hoje, como discriminação. O indivíduo é visto como 'doença' e esquecem que existe um ser humano atrás da doença. A Educação Especial teve a influência do positivismo à medida que o critério de seleção da sua clientela repousava no pré-requisito do desvio de normalidade estabelecido pelo ensino regular (WANDERLEY, 1999)

Sendo assim uma população 'desviante' é definida por características biológicas, psicológicas e sociais. A Educação acaba por reproduzir este processo social, dificultando a inserção de alunos com dificuldades educativas especiais onde níveis de escolarização são sempre crescentes (KAFROUNI, PAN, 2001)

Portanto a escola deve rever seu papel e conscientizar-se de que sua responsabilidade é educar a todos, sem discriminação. A inclusão não é somente colocar pessoas 'diferentes' em um ambiente em que não estavam acostumadas a estar. Ela precisa compreender as necessidades do aluno e que ele é capaz. Sendo assim cabe aos profissionais da educação estar preparados para tal processo (KAFROUNI, PAN, 2001).

Uma medida importante a ser tomada para a inclusão acontecer, é a escola elaborar um projeto. Neste projeto, deverá ser abordada a questão curricular para avaliar se os professores estão capacitados para sua elaboração (KAFROUNI, PAN, 2001).

O que se averiguou nas escolas é que as equipes não sabem nem mesmo por onde começar a implementação da proposta de inclusão na rede regular do ensino (KAFROUNI, PAN, 2001, p.40).

É preciso questionar como o professor encara sua prática, como ele compreende seus alunos, que função julga realizar, pois, em muitas escolas, predomina a imagem de um aluno ideal (KAFROUNI, PAN, 2001).

Outro fator para considerar é a concepção que o professor tem sobre o ensino e a aprendizagem. Privilegiar apenas o conteúdo ou apenas mecanismo de aprendizagem é também um obstáculo ao aprendizado de todos os alunos (KAFROUNI, PAN, 2001, p.41).

É necessário então que o corpo docente revise suas concepções e refaça seus objetivos para que eles incluam a aceitação das diferenças.

Conclui-se então que o processo de inclusão requer

inicialmente um projeto. Assim poderão ser feitas mudanças efetivas tais como alterações curriculares, avaliativas e metodológicas. É necessário também que sejam integrados vários conhecimentos para que se produza a interdisciplinaridade, indispensável ao processo de inclusão. A capacidade de educadores requer atenção, pois são necessárias a instrumentalização prática e a reconstrução de concepções de ensino e aprendizagem para que os objetivos educacionais levem em conta as particularidades dos alunos, conduzindo a individualização do processo educativo e desfazendo idealizações niveladoras (KAFROUNI, PAN, 2001, p. 43).

## 2. Autismo

O autismo é um transtorno que causa atraso no desenvolvimento da criança. Compromete sua comunicação, socialização, imaginação e criatividade. Nos primeiros meses de vida, até os cinco anos, começam a surgir os sintomas que são comportamentos da fala, contato visual e isolamento (ALVES, LISBOA, LISBOA, 2010).

O diagnóstico é realizado por médico neuropediatra, psicólogo ou psiquiatra especializado em autismo. Os critérios utilizados são avaliações completas com base na DSM-V, e, no Brasil, especialmente a CID-10. As características apresentadas são distúrbios no ritmo de habilidades físicas, sociais e linguísticas. Estão presentes reações anormais às sensações, alterações na visão, audição, tato, dor, equilíbrio, olfato. A fala ou linguagem é ausente ou atrasada. Em casos mais graves, a criança vive em um mundo onde não consegue compreender, devido a isso se agride e machuca para aliviar sua frustração (ALVES, LISBOA, LISBOA, 2010).

De acordo com a psicanálise:

o transtorno autista está relacionado com falhas envolvendo a função materna e a função paterna. A falha decorrente no processo de desenvolvimento da função materna pode estar relacionado com o não cumprimento dela, ou seja, a mãe ou a pessoa que desempenha este papel não realiza adequadamente a sua função, deixando o bebê sem resposta quando o mesmo lhe pede um retorno. Na função paterna não há um investimento de um terceiro que venha contribuir para a construção psíquica da criança. A partir desta compreensão, na psicanálise, o tratamento não será somente voltado para a criança como também envolverá os pais (DORIA, MARINHO, PEREIRA FILHO, 2006, p.3).

É reconhecido em uma carta de Carl Gustav Jung a Sigmund Freud, datada de 13 de maio de 1907, como Bleuler cunhou o termo autismo. Bleuler se recusava a empregar a palavra auto-erotismo, introduzida por Havelock Ellis

e retomada por Freud, por considerar seu conteúdo por demais sexual. Por isso, fazendo uma contração de auto com erotismo, adotou-se a palavra autismo (ROUDISNESCO, PLON, 1998).

O psiquiatra norte-americano Leo Kanner (1894-1981), transformou a abordagem do autismo ao fazer a primeira descrição a partir de onze observações do que denominava de autismo infantil precoce. Ele relatou o autismo como uma doença causada por transtornos psíquicos caracterizados por uma incapacidade da criança desde o nascimento, de estabelecer contato com seu meio. Cinco sinais clínicos permitiram reconhecer o autismo: o surgimento precoce dos distúrbios (logo nos dois primeiros anos de vida), o extremo isolamento, a necessidade de imobilidade, as estereotipias gestuais e por fim, os distúrbios da linguagem (ROUDISNESCO, PLON, 1998).

A teoria do amadurecimento de Winnicott possibilita a compreensão do autismo como uma questão de imaturidade emocional, acontece quando o amadurecimento da criança é interrompido de alguma forma, pelo ambiente inadequado diante de suas necessidades (ARAUJO, 2004).

Essa compreensão para Winnicott “pode evitar que o autismo seja tomado como uma doença, uma entidade nosológica, que muitas vezes retira a importância da relação ambiente-indivíduo da constituição do problema” (ARAUJO, 2004).

Portanto sua teoria define o autismo como:

Uma organização defensiva, no sentido de adquirir uma invulnerabilidade diante da ameaça de voltar a ser tomada por uma agonia anteriormente sentida, devido a uma invasão ou falha do ambiente para com ela, na fase de extrema dependência do início de sua vida. Sem a defesa, a criança ver-se-ia diante de uma quebra da organização mental da ordem da desintegração, despersonalização, desorientação, queda para sempre e perda do sentido do real e da capacidade de se relacionar com os objetos (WINNICOTT, 1984 apud ARAUJO, 2004, p.46)

A partir da teoria winnicottiana o ambiente é essencial para promover recursos que levem a criança para sair de dependência para um estado de independência. Para Winnicott (1896/2000) a mulher entra em um estado nomeado por ele como Preocupação Materna Primária, que é um modo de sensibilidade aumentada com a finalidade de capacitar a mulher a se preocupar com seu bebê:

A mãe que desenvolve esse estado ao qual chamei de 'preocupação materna primária' fornece um contexto para que a constituição da criança comece a se manifestar, para que as tendências ao desenvolvimento comecem a desdobrar-se, e para que o bebê comece a experimentar movimentos espontâneos e se torne dono das sensações correspondentes e essa etapa inicial da vida (WINNICOTT, 1896/2000, p. 403).

Sendo assim o desenvolvimento emocional se estabelece a partir do relacionamento com o outro, sendo o ambiente fundamental, porque será facilitador quando promover condições adequadas ou limitador podendo causar falhas. O bebê tem contato primeiro com a mãe sendo seu primeiro ambiente, poderá facilitar este processo, mas quando o ambiente falha, o que pode ocorrer é uma instabilidade emocional e uma regressão levando a doença (WINNICOTT, 1960/2011).



## **II. OBJETIVO GERAL**

O objetivo geral deste trabalho é analisar as consequências do processo de inclusão escolar em uma criança com autismo.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- a) Pesquisar teorias específicas sobre o autismo que abordam as ações de inclusão dos educadores, como o educador pode ajudar no desenvolvimento da criança com autismo e como pode afetar a criança que não tem essa inclusão.
  
- b) Relacionar tais questões com a visão psicanalítica

### **III. MÉTODO**

A partir de uma revisão da literatura sobre o tema, será realizada uma discussão, utilizando um exemplo de um caso observado, relacionando aos aspectos teóricos referentes à Psicanálise e sua contribuição aos Transtornos do Espectro Autista.

#### **IV. RESULTADOS**

A partir da observação de uma criança de 2 anos, do sexo masculino, com diagnóstico de autismo, realizada em uma escola particular localizada no interior de São Paulo, foi elaborada a discussão deste trabalho.

Foram realizadas 5 observações, com duração de duas horas cada e abaixo estão descritos as situações mais relevantes ocorridas durante este período.

Na primeira observação, a criança estava correndo no parque em volta do escorregador. Ele correu por volta de 6 minutos, depois deitou-se no chão e ficou olhando para o céu. Em seguida, ele entrou em um carrinho e começou a andar com o carrinho. Logo, ele saiu do carrinho e voltou a correr em volta do escorregador, por volta de 3 minutos. Em seguida, ele entrou embaixo do escorregador, juntamente com mais duas crianças. Ele ficou incomodado com as crianças ali, empurrou as duas, como se estivesse expulsando-as. Uma das crianças foi até a professora e falou o que ele havia feito. A professora o pegou pelo braço e ele começou a se debater e se jogar no chão. A professora diz a ele que não podia empurrar os amigos que aquilo era feio, mas em momento nenhum ele fez contato com o olhar da professora; parecia que ela estava falando sozinha. Ele se levantou do chão e saiu correndo em direção ao corredor dos banheiros do Ensino Fundamental. Depois, ele correu de volta para o parque e sentou em uma moto de brinquedo, durante bastante tempo. Ele se levantou, correu em volta do escorregador por 2 minutos. Quando ele se cansou, deitou-se embaixo do escorregador e ficou olhando para cima. Na hora

do lanche, a professora levou os alunos até as mesas chamando-os, mas ela o pega no colo para levar até as mesas.

No segundo dia de observação, na hora do lanche, de início ele estava comendo no colo da estagiária, mas começou a reclamar e escorregar do colo dela e ela o colocou no chão, para ele comer e as outras crianças continuaram comendo em cima da mesa. Na hora da higiene, a professora pediu para os alunos pegarem a higiene e a criança estava correndo na sala e ficou com a auxiliar, enquanto a professora levou os outros alunos para o banheiro, para escovar os dentes. Enquanto a professora estava no corredor com os outros alunos, a criança apareceu e deitou-se no chão. A auxiliar tentou levantá-lo, mas ele não quis e ela arrastou-o, até ele levantar. Quando ele se levantou ela o levou para o parque. Ou seja, ele não fez parte da higiene. No parque, ele entrou em uma casinha, mas quando os alunos começaram a entrar todos juntos, ele ficou irritado e saiu da casinha, empurrando os colegas. A professora pegou-o e brigou, dizendo que não podia empurrar os amigos e ele inclinou-se para trás, deitando-se no chão e ficando ali por um tempo. Nesse momento, a professora e a auxiliar não souberam como agir e deixaram-no deitado no chão.

No terceiro dia de observação a professora excluiu-o da rotina, pois, quando os alunos chegaram à sala de aula, ela pediu que tirassem a agenda e deixassem sobre a mesa. Mas para ele não foi pedido; a professora abriu sua mochila e pegou. Quando as crianças foram brincar no pula-pula, a auxiliar entrou junto com ele e pediu para que nenhuma criança entrasse.

No quarto dia de observação, brincou em uma piscina de bolinha a auxiliar teve que tirá-lo para trocar sua fralda. Quando o colocou no chão, ele

jogou-se no chão, pôs as mãos nas orelhas. A auxiliar tentava pegá-lo e ele batia as pernas. Quando ela conseguiu pegá-lo no colo, ele puxou o cabelo dela com as duas mãos e não soltava. A professora foi ajudar, pegou as mãos dele e tentava tirar do cabelo e falava para ele soltar. Aos poucos, ele foi soltando. Quando a auxiliar foi trocá-lo, ele tentou mordê-la no ombro, mas ela abaixou-se para colocá-lo no trocador e não chegou a morder. Na hora do lanche, a auxiliar ou a professora sempre abriam as coisas dele, não o deixavam pegar a lancheira; é tudo feito para ele.

No quinto dia de observação, na hora do parque, os alunos se incomodaram com ele, pois ele estava deitado na passagem do túnel do brinquedo e não falaram com ele e sim com a professora, como se ele não existisse ali; as crianças também o tratam de forma diferente.

## V. DISCUSSÃO

Ao falarmos sobre inclusão, faz-se necessário pensar que:

“o princípio básico da Educação Inclusiva é que todos os alunos, independentemente de suas condições socioeconômicas, raciais, culturais ou de desenvolvimento, sejam acolhidos nas escolas regulares, as quais devem se adaptar para atender às suas necessidades, pois estas se constituem como os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias” (UNESCO, 1994, p.3).

Assim sendo, cabe às escolas, acolher alunos com deficiências, dificuldades e diagnósticos e é fundamental a capacitação dos professores para gerar um saber interdisciplinar e existir a integração. Isso exige deles conhecimentos em diversas áreas como psicologia, medicina, pedagogia, arquitetura, etc. Porém, surge a questão de se os profissionais da educação foram preparados suficientemente para promover a integração de pessoas com N.E.E. (KAFROUNI, PAN, 2001). A respeito disso, fora notado nas observações que a professora não soube incluir o aluno nas atividades de rotina, por exemplo, na hora da higiene o aluno foi para o parque, enquanto a sala estava fazendo a higiene.

A criança com autismo é vista como doença e não como uma criança, ela não é ensinada na escola da mesma maneira como os outros alunos. Por exemplo, quando a professora pede as agendas aos alunos que chegam à sala de aula, ela mesma retira a agenda da mochila da criança com autismo e não o faz com as demais. Elas são ensinadas a abrirem a mochila e tirarem a agenda. Isso não deveria ser diferente com a criança com autismo e sim, ensinado. A professora deveria incluir a criança na rotina da sala e não excluí-lo das atividades, para acontecer a inclusão.

Diante do processo de inclusão, cabe ressaltar a criança com autismo, pois “o autismo é um transtorno que causa atraso no desenvolvimento da criança. Compromete sua comunicação, socialização, imaginação e criatividade. Nos primeiros meses de vida, até os cinco anos, começam a surgir os sintomas que são comportamentos da fala, contato visual e isolamento” (ALVES, LISBOA, LISBOA, 2010). No entanto, a criança não deve ser impedida de frequentar a escola, passeios, cursos e o que mais ela desejar, entretanto, nota-se que atualmente, as escolas não estão preparadas para acolher estas crianças e o professor, muitas vezes falha na maneira como trata o aluno com autismo perante os outros colegas de sala. Podemos observar que os alunos, ao se incomodarem com a criança no parque foram reclamar com a professora e não com a criança. Sendo assim, os colegas estão aprendendo a excluir essa criança, porque não fazem comunicação com ela.

De acordo com a psicanálise,

O transtorno autista está relacionado com falhas envolvendo a função materna e a função paterna. A falha decorrente no processo de desenvolvimento da função materna pode estar relacionada com o não cumprimento dela, ou seja, a mãe ou a pessoa que desempenha este papel não realiza adequadamente a sua função, deixando o bebê sem resposta quando o mesmo lhe pede um retorno. Na função paterna não há um investimento de um terceiro que venha contribuir para a construção psíquica da criança. A partir desta compreensão, na psicanálise, o tratamento não será somente voltado para a criança como também envolverá os pais (DORIA, MARINHO, PEREIRA FILHO, 2006, p.3).

A partir desta compreensão, faz-se importante pensar que a família também não está apta a lidar com a criança e que seria útil mais atenção e informação aos pais, para que estes soubessem compreender as necessidades dos filhos e buscar seus direitos através da inclusão.

Uma sugestão de melhoria seria um curso de capacitação aos professores ou mediadores e apoio as escolas para melhor acolhimento das crianças.



## **VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho teve por objetivo refletir sobre a inclusão da criança autista na escola, considerando as observações realizadas e relacionando como a criança é tratada no ambiente escolar.

A partir da discussão fica claro que os professores não têm condições de incluir uma criança autista no meio escolar e isso acaba prejudicando a criança, pois não ela não participa das atividades escolares da mesma maneira como as outras crianças. De acordo com as observações, pode-se considerar que a criança autista é vista como doente e deve ser tratada com indiferença.

Pode-se confirmar a importância do professor no desenvolvimento da criança. É fundamental que o professor tenha compreensão sobre a criança e suas necessidades para que ocorram situações favoráveis ao desenvolvimento das habilidades cognitivas e da aprendizagem escolar.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, C.A.S. A perspectiva winnicottiana sobre o autismo no caso de Vitor. **Psyche**. v.8, n.13, p.43-60, 2004. Disponível online: < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psyche/v8n13/v8n13a05.pdf> >. Consultado em: 03/06/2017

ALVES, M.M.C; LISBOA, D.O; LISBOA, D.O. Autismo e inclusão escolar. **IV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade**, p.1-15, 2010. Disponível online: <[http://educonse.com.br/2010/eixo\\_11/e11-25a.pdf](http://educonse.com.br/2010/eixo_11/e11-25a.pdf)>. Consultado em: 20/05/2017

BATISTA, M.W.; ENUMO, S.R.F. Inclusão escolar e deficiência mental: Análise da interação social entre companheiros. **Estudos de Psicologia**, v. 9, n. 1, p. 101-111, 2004. Disponível online: < <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v9n1/22386>> Consultado em: 18/03/2017

DIAS, P.C. A autoeficácia dos professores para a implementação de práticas inclusivas: contributos para uma reflexão sobre a inclusão educativa. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação** [online], vol.25, n.94, p.7-25. 2017. Disponível online: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-40362017000100001>. Consultado em: 05/03/2017

DORIA, N.G.D.M; MARINHO, T.S.; PEREIRA FILHO, U.S. O autismo no enfoque psicanalítico. **Psicologia. com. pt**, v. 1, n. 1, p. 1-12, 2006. Disponível online: < <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0311.pdf>>. Consultado em: 20/05/2017

KAFROUNI, R; PAN, M.A.G.S. A inclusão de alunos com necessidades educativas especiais e os impasses frente à capacitação dos profissionais da educação básica: um estudo de caso. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v.5, p.33-46 dez. 2001 Disponível em:<<http://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/3316/2660>>. Consultado em: 11/04/2017

ROUDISNESCO, E; PLON, M. **Dicionário de psicanálise**. Tradução Vera Ribeiro, Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Kahar, p.7-888, 1998. Disponível online:[https://monoskop.org/images/c/c9/Roudinesco Elisabeth Plon Michel Dicionario de psicanalise 1998.pdf](https://monoskop.org/images/c/c9/Roudinesco_Elisabeth_Plon_Michel_Dicionario_de_psicanalise_1998.pdf). Consultado em: 21/05/2017

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994. p.1-17. Disponível online: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Consultado em: 26/03/2017

WANDERLEY, F. Normalidade e patologia em educação especial. **Psicologia, Ciência e Profissão** (Brasília), v.19, n.2, p.2-9, 1999. Disponível online: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S14149893199900020002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S14149893199900020002&lng=en&nrm=iso)>. Consultado em: 17/04/2017

WINNICOTT, D.W. **Da pediatria à psicanálise: Obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

WINNICOTT, D.W. **A família e o desenvolvimento individual**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.